

A CIDADE-ARMÁRIO COMO SÍNTESE DIALÉTICA CONTRADITÓRIA DA ABJEÇÃO DOS SUJEITOS ININTELIGÍVEIS

*THE CLOSET-CITY AS A CONTRADICTORY DIALECTICAL
SYNTHESIS OF THE ABJECTION OF
UNINTELLIGIBLE SUBJECTS*

Caroline C. Rodrigues¹ e Miriam Cléa C. Almeida²

Resumo

Este artigo visou compreender as relações entre a (re)produção urbana e a violência LGBTQIA+fóbica. Avaliaram-se os processos de reivindicação e (re)apropriação do espaço na produção territorial dissidente, de modo a questionar a violação do direito à cidade frente à vulnerabilidade socioterritorial das minorias sexuais e de gênero, no processo de construção ideológica da cidade-armário. Para tanto, definiram-se como categorias analíticas o território, concebido como síntese dialética contraditória dos conflitos de classe e projeção de poder no espaço; e a violência, como instrumento de imposição do poder e controle sobre o espaço territorializado; articuladas pela variável do grupo social minoritário. Através do levantamento teórico-bibliográfico e documental e análise dos dados das mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, tendo como recorte espacial a cidade de Vitória da Conquista, Bahia, averiguaram-se os mecanismos de manutenção da LGBTQIA+fobia na (re)produção urbana da cidade-armário e as expressões territoriais da práxis revolucionária de sua subversão.

Palavras-chave: LGBTQIA+fobia, produção territorial, movimentos socioterritoriais.

Abstract

This article aimed to understand the relationships between urban (re)production and LGBTQIA+-phobic violence. It evaluated the processes of claim and (re)appropriating space in dissident territorial production to question the violation of the right to the city in the face of the socio-territorial vulnerability of sexual and gender minorities within the ideological construction of the closet-city. To this end, the analytical categories defined were territory, conceived as a contradictory dialectical synthesis of class conflicts and the projection of power in space; and violence, as an instrument for imposing power and controlling territorialized space, articulated through the variable of the minority social group. Through theoretical-bibliographic and documentary research and an analysis of data on violent LGBTQIA+ deaths in Brazil, with a spatial focus on the city of Vitória da Conquista, Bahia, mechanisms of maintaining LGBTQIA+-phobia in the urban (re) production of the closet-city were examined, along with the territorial expressions of the revolutionary praxis of its subversion.

Keywords: LGBTQIA+phobia, urban production, socio-territorial movements.

¹ Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEO-UESB), Bacharela em Arquitetura e Urbanismo (UNINASSAU), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente efetiva (PPGEO-UESB) e professora adjunta do Departamento de Geografia (DG-UESB)..

Introdução

O presente trabalho resulta do recorte de um capítulo teórico de uma dissertação de mestrado em Geografia³, cuja pesquisa acerca do movimento LGBTQIA+⁴ visou compreender as relações entre a produção territorial urbana e a violência contra as minorias sexuais e de gênero na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Reconhece-se como as vivências LGBTQIA+ são marginalizadas no processo histórico-social por uma ideologia dominante, que impõe a heterossexualidade e a cisgeneridade binária compulsórias como norma socialmente aceitável: a heterocisnormatividade (Butler, 2019a). Não-conformes às práticas reguladoras das corporalidades e às matrizes normativas da inteligibilidade sexual e de gênero, instituídas e mantidas pela norma social hetero-cis-binária, as minorias LGBTQIA+ são historicamente vulnerabilizadas por múltiplas formas de violência (moral, psicológica, doméstica, patrimonial, física, sexual e intrafamiliar) e subjugadas à violações de direitos e garantias fundamentais.

Dentre estas, a negação dos direitos invioláveis à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à integridade e à liberdade de consciência e de expressão, assegurados no Art. 5 da Constituição Federal (Brasil, 1988 [2023]); e das punições estabelecidas por lei de qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais, tal como o direito à cidade, à infraestrutura, à terra e à moradia urbana, conforme o estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001 (Brasil, 2001). Inadequadas à ideologia dominante, minorias sexuais e de gênero são sujeitadas à diferentes formas de opressão, à negação das suas subjetividades da sexualidade e do gênero, exclusão e estigmatização social, à medida que constituem dissonâncias subversivas ao controle social pelas matrizes normativas e pelos ideais regulatórios da inteligibilidade. A LGBTQIA+fobia, portanto, consiste no preconceito, ódio, repúdio ou aversão irracional direcionados aos sujeitos não-normativos e é um instrumento de legitimação da marginalização e desigualdade socioespacial, visto como relações de poder submetem corpos e experiências racializadas, generificadas e sexualidades à estruturas compartilhadas de opressão (Bento, 2017; Butler, 2019a, 2019b).

Entendeu-se que imposições da heterocisnormatividade alcançam a esfera produtiva e se configuram, no processo geral de produção e reprodução do capital, de acordo os interesses exploratórios da divisão sexual do trabalho, em uma sociedade dividida em classes. O regime de abjeção dos sujeitos ininteligíveis se materializa na violência contra as minorias sexuais e de gênero, mas estas subvertem a lógica constitutiva da cidade (como extensão da figura do *armário*) ao se (re)apropriarem dos espaços sociais e produzirem territórios dissidentes, que refletem disputas pelo espaço e a relevância de considerar a LGBTQIA+fobia na (re)produção urbana. Diante desse contexto, analisaram-se suas ressonâncias e recrudescências na cidade, à medida que se relacionaram os conflitos sociais de classe, disputas territoriais e disfunções

³ Dissertação intitulada *A subversão da cidade-armário: territórios dissidentes e violência contra LGBTQIA+ em Vitória da Conquista, Bahia*, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEO-UESB).

⁴ Os termos LGBTQIA+ e *minorias sexuais e de gênero* correspondem ao grupo minoritário e movimento social de (re)existências lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e outras orientações sexuais e (ou) configurações não-hegemônicas do gênero e da sexualidade, no que se refere às atrações afetivo-sexuais não-heterossexuais e às modalidades não-cisgênero-binárias do gênero autoafirmadas. Nesta pesquisa, optou-se terminologicamente pela utilização da nomenclatura configuração de gênero, com base na *gender modality*, proposta por Ashley (2022), ao referir-se à experiência do gênero autoafirmado em relação à concepção dual-binária do sexo, socialmente atribuída aos sujeitos no ato do registro civil de nascimento. O termo foi empregue ao tratar das corporalidades, das identidades e expressões não-cisgênero-binárias do gênero (transexuais, transgênero, travestis, intersexo, agênero, *queer* e outras), enquanto orientação sexual equivale às atrações afetivo-sexuais não-heterossexuais (homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais e outras), respectivamente, abrangendo outras variações da sigla.

urbanas à rejeição da outridade dos corpos dos sujeitos não-normativos nos espaços urbanos devido à LGBTQIA+fobia estrutural, nesse esforço científico, adotando-se como recorte espacial a cidade de Vitória da Conquista, no estado da Bahia.

Vitória da Conquista se percebeu recorte para essa análise a partir de estatísticas da violência LGBTQIA+fóbica levantadas desde 2021, como bolsista do Programa de Monitoria da Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pesquisa de extensão continuada no Programa de Iniciação Científica e em trabalho monográfico em Arquitetura e Urbanismo, defendido em 2022, da qual derivam inquietações deste trabalho, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), devido à observações da pesquisadora, diretamente inserida no ativismo e na militância do movimento LGBTQIA+ na cidade, vivenciando cotidianamente a realidade concreta da problemática desta pesquisa. Resultados demonstraram que, apesar da instituição da Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT e do Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero, respectivamente, pela Lei Complementar nº 1.986/2014 e pela Lei Municipal nº 2.656/2022, ambos carecem de dados sistematizados que embasem o desenvolvimento de políticas governamentais orientadas efetivamente conforme a realidade concreta LGBTQIA+ na cidade. Tendo em vista a contradição entre os elevados índices de mortes violentas de LGBTQIA+ no estado da Bahia, o qual consecutivamente consta entre as Unidades Federativas (UF) mais violentas contra LGBTQIA+ no Brasil (Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024; Benevides, 2024), e as posições da Bahia e da cidade de Vitória da Conquista como referências em políticas governamentais e estatais direcionadas às minorias sexuais e de gênero.

Analisou-se a produção territorial à luz do pensamento crítico, ao conjecturar a cidade como a manifestação dos destrutivos processos de desintegração urbana no sistema de exploração fundamentalmente desigual e contraditório que estrutura a produção capitalista do espaço. Nesse intuito, perscrutou-se como os sujeitos dos movimentos sociourbanos minoritários (interseccionados por marcadores sociais da diferença de classe, étnico-racial, geracional, deficiência, gênero, sexualidade e outros) resistem e se (re)apropriam do espaço urbano ideologicamente hegemônico, confrontando a marginalização e segregação históricas pela lógica inexorável da acumulação, na (re) produção de uma cidade que determina e é determinada pelos interesses do capital. a produção territorial urbana é examinada sob a perspectiva do pensamento crítico, entendendo-se a cidade como uma expressão das contradições e desigualdades no modo de produção capitalista desde as bases fundantes do espaço às relações corpo-cidade, discutindo categorias analíticas do território, da violência e o conceito de poder relacionados às questões de gênero e da sexualidade.

Discorre-se acerca dos movimentos minoritários socioterritoriais e socioespaciais à medida que analisa a heterocisnormatividade na produção territorial urbana, e como minorias sexuais e de gênero compõem forças de resistência contra a lógica hegemônica da acumulação ao reivindicarem espaços urbanos interditos aos corpos dissidentes. Conceitua-se a cidade-armário como a síntese dialética contraditória de um regime de abjeção dos sujeitos inconformes à inteligibilidade sexual e de gênero, expostos à violência e estigmatização social, expressões territoriais urbanas dos conflitos e contradições que transpassam esses sujeitos dissidentes. É discutida a práxis subversiva na contemporaneidade, entre permanências e rupturas estruturais, de modo a compreender a materialização da LGBTQIA+fobia e seus mecanismos de manutenção na cidade-armário, interdita aos corpos ininteligíveis.

Das bases fundantes do espaço às relações corpo-cidade

Produção, produto e trabalho são conceitos que permitem analisar as relações entre as forças produtivas e os processos históricos de reprodução social e das forças de trabalho, dialetizados para acepção dos espaços sociais (Lefebvre, 2006). Infere-se que os espaços urbanos compreendem a relação produção-produto em coexistência, materialidade, ordem e desordem em simultaneidade, sendo a cidade em si o produto ocupado socialmente no devir histórico, porquanto *lócus* das contradições, em que a representação do espaço e o espaço de representação se subsomem, como unidade dialética contraditória (Oliveira, 1996, 1999; Lefebvre, 2006). O espaço é apropriado, recortado, fragmentado e nele se projetam relações sociais, estratificadas conforme interesses das representações e ideologias dominantes, e materialmente produzidas pela práxis espacial que implica em e aprofunda essas contradições, em um sistema marcado pela hegemonia de classe mantida por meio do espaço (Lefebvre, 2006).

Esse sistema subordina todo sujeito às leis imanentes da (re)produção capitalista, as quais manifestam-se na coerção e personificação do capital, em rígido estreitamento e obscurecimento de relações sociais para o processo de acumulação. Nessa lógica, evidencia-se o caráter operatório e instrumental do espaço para a alienação e para a consequente fragmentação social necessária à manutenção das forças produtivas hegemônicas, suscitando a contestação e a violência subversiva da luta de classes, em réplica contrastante à violência incessante do poder (Lefebvre, 2006). Porém, o espaço transcende essa instrumentalidade, como abstração real e concreta, produto das relações sociais, corporificação das contradições intrínsecas ao desenvolvimento desigual e combinado da divisão sexual do trabalho e das relações hierarquizadas de reprodução na sociedade dividida em classes (Lefebvre, 2006).

Consoante à Lefebvre (2002), a urbanização da sociedade constrói e determina a realidade que a sucede, moldada e constituída nos processos de dominação e de absorção produtiva da industrialização e suas decorrentes deformações. A agnição da relevância das lutas de classes, no contexto das reestruturações produtivas do capital, é enfatizada por Lefebvre (2002) como primordial para que se assimilem as complexidades da produção do espaço urbano, à medida que expõem estas suas descontinuidades-continuidades-objetivações-subjetivações “[...] enquanto campo de tensões e conflitos, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (Lefebvre, 2002, p. 10). Portanto, tratam-se de cidades subordinadas à essa lógica de alienação, controle e segregação social pelas contraditórias relações capital-trabalho-Estado, em manifestação da complexificação da corrosão urbana.

Nesse sentido, o espaço é instrumentalizado para a subordinação da realidade social ao poder, dissimulando e mascarando a sua própria lógica contraditória. O espaço é, simultaneamente, produtor, produto, meio e condição das relações de produção em corporeidade apropriada; não um mero receptáculo, mas expressão de resistências, confrontos e contestações, apesar de velado como se fosse um objeto não-político. Porém o espaço urbano nunca foi politicamente neutro, mas estratégico e ideológico, devastado e ameaçado de aniquilamento à proporção que se desenvolvem os seus movimentos dialéticos (e, portanto, contraditórios), na apropriação da cidade-produto pelas instituições da exploração (Lefebvre, 2002, 2008).

Não há como se compreender o espaço social concreto percebido-concebido-vivido (especialmente, a prática do espaço, a representação do espaço e o espaço de representação) sem reportar aos corpos, “uma vez que a relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo [...] o vivido corporal alcança um alto grau de complexidade e de estranheza [...] ainda mais o sexo” (Lefebvre, 2006, p. 68). Conforme é produzida a

objetividade real e concreta, é igualmente produzida pela sociedade uma consciência sobre si mesma, pela subjetivação de relações sociais amplas, como materialidade metamorfoseada na realidade alienada. Para isso, o capital constrói e determina sua própria temporalidade social, para que não haja a fundamentação necessária à uma radicalização que realmente enfrente as raízes das contradições capitalistas e suas formas de realização pela submissão dos sujeitos, através da alteração da noção de cotidianidade e de pertencimento das minorias sexuais e de gênero a essa mesma realidade perversa, ou seja, moldando as suas experiências e condições sociais de existência enquanto parte integrante do sistema de acumulação.

Compreende-se como a violência LGBTQIA+fóbica consiste na expressão territorial dos processos de exclusão social de minorias sexuais e de gênero, em uma cidade moldada e constituída na relação contraditória capital-Estado-trabalho. Ao indagar em que dimensão os processos de (re)produção urbana seriam essencialmente violentos contra LGBTQIA+ em função da heterocisnormatividade (Macedo Júnior, 2019), apreende-se que estes delinham as condições sociais de existência desse grupo vulnerável na cidade, porquanto, negando a reivindicação social do espaço aos sujeitos não-conformes à norma hegemônica. A LGBTQIA+fobia é engendrada nas práticas reguladoras que instituem a inteligibilidade do gênero e da sexualidade no regime de poder, hierarquizando sujeitos minoritários como os outros (*outsiders*), impassíveis de qualquer identificação com o corpo social heterocisnormativo binário (*insiders*), e os subjugando como corpos-território fronteiriços numa realidade socioespacial que compõe relações e é por elas simultaneamente instituída (Souza, 2000, 2013; Silva, 2009; Floyd, 2009; Ornat, 2011; Butler, 2019a, 2019b).

A heterocisnormatividade binária na produção territorial urbana

Deve-se ter em consideração a LGBTQIA+fobia na produção da cidade pois não há direito à cidade se este é um significante vazio (Harvey, 2014) ou cidade senão a desigual, a marginal, a não-cidade; sem que a invisibilidade do movimento social LGBTQIA+ seja revelada nas pesquisas geográficas, ao relacionar disfunções territoriais urbanas ao processo de subalternização de grupos socioterritoriais vulneráveis e aos dispositivos de repressão e controle consubstancialmente conflitivos sobre a outridade de corpos não-normativos na cidade. Somente através da análise de dados da LGBTQIA+fobia e das mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, por entidades e organizações do movimento, será possível identificar como as condições sociais de existência LGBTQIA+ determinam a sua reivindicação espacial e (re)apropriação urbana subversiva na produção e práxis dissidente.

Em vista disso, foi realizada pesquisa de abordagem quanti-qualitativa utilizando os dados de relatórios e dossiês de entidades e organizações como Grupo Gay da Bahia (GGB), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA) e da Acontece Arte e Política LGBTI+, durante o período de 2017 a 2023 (definindo-se o recorte temporal para possibilitar o cruzamento dos dados das mortes violentas de LGBTQIA+ em geral com os levantamentos específicos acerca da população de travestis, transexuais e transgênero, sistematizados pela ANTRA a partir de 2017). Conforme os dados (GGB, 2018, 2019, 2020; Acontece, ANTRA, ABGLT, 2021, 2022, 2023, 2024), o país atualmente registra média de uma morte violenta de LGBTQIA+ a cada 29 horas, sendo a maioria das vítimas de cor negra (pretas ou pardas, de acordo com as categorias de raça/cor utilizadas pelo IBGE), de idade entre 20 e 39 anos, e de configuração de gênero não-cisgênero-binária: pelo menos 1.103 do total de 2.242 vítimas eram pessoas trans, o equivalente a 49,20% dos casos de LGBTQIA+fobia letal.

O subgrupo LGBTQIA+ com configurações de gênero transfemininas é o mais vitimado pela LGBTQIA+fobia estrutural no Brasil. Dados cruzados dos levantamentos identificam que 97% das vítimas de assassinatos de pessoas trans (2017-2023) eram travestis, transexuais, transgênero e não-binários com identidades e(ou) expressões de gênero transfemininas, correspondendo a 76% do total de vítimas de mortes violentas de LGBTQIA+ em geral registradas no país nesse período, informações que evidenciam os índices alarmantes de transfeminicídio no Brasil (Benevides, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024). Quanto ao perfil das vítimas registradas (2017-2023), 80,6% era negra, vulnerável à extrema pobreza, com idade média de 29,3 anos e expectativa de vida de 35 anos, aproximadamente metade da expectativa de vida de um sujeito cisgênero; além das estatísticas supracitadas, ressalta-se que a maioria das vítimas (2017-2023) estava inserida na prostituição e encontrava-se em situação de alto risco e vulnerabilidade social, conseqüentemente exposta aos maiores índices de violência (Benevides, 2018, 2022, 2023, 2024; Benevides, Nogueira, 2019, 2020, 2021).

Das 2.242 mortes violentas de LGBTQIA+ registradas no período de sete anos (2017-2023), por local da morte e(ou) onde os corpos das vítimas foram encontrados, 1035 ocorreram em espaços públicos urbanos, 900 em espaços privados urbanos (destes, ao menos 591 sendo na residência das vítimas) e 233 não constavam informações sobre local (GGB, 2018, 2019, 2020 e Acontece, ANTRA, ABGLT, 2021, 2022, 2023, 2024). Pessoas trans são as mais vitimadas pela violência LGBTQIA+fóbica (Benevides, 2018, 2022, 2023, 2024; Benevides, Nogueira, 2019, 2020, 2021); é predominante a ocorrência de assassinatos de pessoas trans em espaços públicos urbanos (vias e equipamentos urbanos; imóveis que não cumprem sua função social, subutilizados, abandonados ou não-utilizados; transporte coletivo, rodovias e outros).

O conceito de cidade-armário entende a cidade como, para além da concretização das lutas urbanas e dos conflitos sociais de classe, uma extensão da figura do armário, comumente associada à ocultação de sujeitos desviantes aos interesses dominantes, epistemologicamente “[...] aquela que tampona a fala, silencia os corpos e organiza-os de modo a discipliná-los e classificá-los” (Moraes *et. al.*, 2021, p. 107). Destarte, ao indagar em que dimensão os processos de produção e de reprodução urbana são violentos em função da heterocisnormatividade, compreende-se que estes delinham a realidade concreta das minorias sexuais e de gênero em cidades-dispositivos de silenciamento e regulação da vida social (Sedgwick, 2007; Macedo Júnior, 2019). Essa figura excludente do armário se materializa nessa cidade-*lócus*, (re)produtora da violência estrutural que limita a vivência social do espaço urbano pelos sujeitos desviantes à heterocisnormatividade na produção urbana, delimitada por e a partir de relações de poder (Souza, 2013), conformando-os no armário e em corpos-territórios subversivos.

No mesmo sentido, pontua-se que Macedo Júnior (2019) define a LGBTQIA+fobia como a externalização da incompreensão perante os sujeitos desviantes às ordens socialmente construídas do gênero e da sexualidade, em ânsia pela delimitação de poder sobre estes corpos-território na cidade-armário. Define-se a repressão como parte da ordem burguesa, uma forma fundamental de ligação entre poder, gênero e sexualidade, pela qual os corpos são submetidos à estruturas compartilhadas de opressão, as quais suprimem experiências que osem romper com as hegemônias performativamente construídas no processo de (re)produção do espaço urbano, por estas representarem transgressões dissonantes à interdição e ao controle social intrínsecos à acumulação capitalista, no cerne das relações contraditórias capital-Estado-trabalho (Floyd, 2009; Bento, 2017; Butler, 2019a, 2019b; Rebucini, 2019).

Conclusão

A violência LGBTQIA+fóbica se configura no processo geral de produção e reprodução do capital, à medida que se reconhece o caráter profundamente material da produção social das diferenças – de modo contraditório, produzindo os próprios corpos dissidentes os quais segrega e violenta nos espaços urbanos, por relações de poder e dominação heterocisnormativas que os constituem. Não obstante, cabe citar que o sexo não é uma condição estática do corpo, mas um constructo ideal regulatório para materialização das diferenças sexuais entre os sujeitos, no domínio da inteligibilidade que se impõe e realiza pela reiteração forçada de práticas performativas do gênero e da sexualidade, sendo essa materialidade o efeito mais produtivo do poder. Essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados, no processo de (re)produção urbana, requer a produção simultânea de espaços precisamente designados como não-vivíveis e inabitáveis, designando a não-cidade, e constituindo a cidade-armário pelo regime de abjeção dos sujeitos ininteligíveis, o qual se materializa na violência contra minorias sexuais e de gênero. Entretanto, essas minorias subvertem o armário ao se (re)apropriarem desta e produzem dissidências urbanas na cidade moldada e constituída nas relações contraditórias capital-Estado-trabalho, revolucionando, na práxis da dissonância de gênero e sexualidade, na (trans)cidade, a lógica articulada das desigualdades socioespaciais urbanas, iminentes ao processo de acumulação do capital.

Os índices demonstram que pessoas trans são extremamente vulneráveis e expostas à violência LGBTQIA+fóbica nos espaços urbanos, devido aos processos de construção ideológica da cidade-armário e de guetização dessas minorias, os quais relacionam-se com a produção de territórios do medo e extermínio, lugares de fragilidade social e exposição à LGBTQIA+fobia. Dados evidenciam que as vítimas não estavam seguras sequer na própria residência, informações que, apesar das dificuldades de produção e sistematização, auxiliam no reconhecimento dos locais de maior risco, vulnerabilidade social e exposição à violência LGBTQIA+fóbica nos espaços urbanos. As violações dos direitos e garantias fundamentais, como o direito à cidade, à terra, à moradia e à infraestrutura urbana, impedem a vivência de minorias sexuais e de gênero, corpos-território transvestigêneres e subculturas *queer* fora da (trans)cidade marginal, ocultos pela (re)produção heterocisnormativa da cidade-armário, e que resistem através da produção dissidente de territórios de subversão.

Ao reivindicar esses espaços, minorias sexuais e de gênero contestam excludentes tessituras urbanas e revelam fissuras inerentes à cidade, *lócus* de conflito eivado de disputas e contradições em metamorfose dialética e, pela amalgamação do trabalho como base fundante da existência, subvertem sua matriz alienante ao produzirem territórios dissidentes, desconstruindo interesses inconciliáveis em confrontação antagônica e os rígidos instrumentos mantenedores da violência contra LGBTQIA+, entre os quais se situa a dominação da própria memória.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão da bolsa, nível Mestrado, que permitiu a elaboração da dissertação que originou esse trabalho.

Referências

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTQI+ no Brasil em 2020*. Florianópolis, SC: Editora Acontece Arte e Política LGBTQI+, 2021.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Mortes e violências contra LGBTQI+ no Brasil: Dossiê 2021*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Mortes e violências contra LGBTQI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Mortes e violências contra LGBTQI+ no Brasil: Dossiê 2023*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ASHLEY, F. 'Trans' is my gender modality. In: ERICKSON-SCHROTH, L. (Org.) *Trans Bodies, Trans Selves*. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2022, p. 22-23.

BENEVIDES, B. (Org.). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2018.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

BENEVIDES, B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições, Crocodilo Edições, 2019b.

FLOYD, K. *The reification of desire: toward a queer marxism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). MICHELS, E.; MOTT, L. (Org.). *Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). MICHELS, E.; MOTT, L. (Org.). *População LGBT morta no Brasil: Relatório 2018*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. (Org.). *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACEDO JÚNIOR, G. S. *Medo, vida e morte na cidade-armário: a heterocisnormatividade dos espaços urbanos*. 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MORAES, C. de F.; RIBEIRO, C. J.; ARAÚJO, C. G. R. B.; GARCIA, D. N.; BARBOSA, P. R. de A.; MORAES, B. S. de; DUARTE, B. P. F.; AVIZ, T. S. de. *Cidade armário: corpos, sexualidade e subversão*. In: SILVA, M. da F. F. da. (Org.). *Políticas Públicas e Mobilidade Urbana: Uma compreensão científica da atualidade*. 1 ed. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2021, p. 107-117.

OLIVEIRA, A. U. de. *A geografia das lutas no campo*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

ORNAT, M. J. *Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

REBUCINI, G. *Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais*. Revista Crítica Marxista, n. 48, p. 109-125, 2019. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=65&numero_revista=48 Acesso em: 20 dez. 2023.

SEDGWICK, E. K. *A epistemologia do armário*. Cadernos Pagu, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794> Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, J. M. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.